



- 1 2. gramática – conjunto de regras sistematizadas por um teórico a  
2 partir da coleta e análise de dados de uma determinada variedade  
3 de linguística (corresponde à gramática teórico-descritiva);
- 4 3. gramática – conjunto de regras utilizadas pelos falantes para  
5 atender as necessidades de interação (corresponde à gramática  
6 implícita ou internalizada).

7 De início, podemos chegar à conclusão de que os discursos sobre  
8 o ensino de gramática estão assentados no “falar e escrever corretamen-  
9 te” e nas descrições metalinguísticas da gramática teórico-descritiva. En-  
10 sinar a falar e escrever corretamente seria aprender as regras da gramáti-  
11 ca normativa e um rol de nomenclaturas.

12 A gramática implícita é considerada um conjunto de desvios, uma  
13 vez que não atende às regras pré-estabelecidas nas gramáticas 1 e 2. Sa-  
14 ber português, pois, é saber regras de acentuação, ortografia, reconhecer  
15 categorias gramaticais e funções sintáticas etc.

16 Diante dessas considerações, a nossa questão centrará a atenção  
17 em duas perspectivas: a científica e a ideológica.

18 Do ponto de vista científico, o conceito de gramática normativa –  
19 conjunto de regras para o bem falar e escrever – não se sustenta, uma vez  
20 que “bem falar e bem escrever” são avaliações subjetivas, em nenhum  
21 outro campo de estudo encontramos tal tipo de avaliação, imaginem um  
22 biólogo dizendo que as células humanas são boas e as células de uma va-  
23 ca não são, ou um geógrafo dizendo que um continente é melhor do que  
24 outro. No mínimo, a pergunta a ser feita é: o que é falar e escrever bem?

25 O falar em si atende à necessidade que todo falante tem de intera-  
26 gir com outro, constituindo uma prática social própria de todas as comu-  
27 nidades. Portanto, “falar e escrever bem”, mesmo apoiando-se nos “gran-  
28 des escritores” não é corroborado pelos princípios científicos.

29 Uma atualização do conceito de gramática normativa deveria ser  
30 “um conjunto de regras de uma variedade linguística, a padrão, para fins  
31 pedagógicos”.

32 A gramática descritiva, ainda bastante presente no conteúdo de  
33 ensino língua portuguesa nas escolas, é o resultado de uma pesquisa fun-  
34 damentada em uma determinada corrente de investigação sobre a lingua-  
35 gem: cooperativismo, estruturalismo, gerativismo, funcionalismo etc.  
36 Todo objeto de investigação é descrito através de uma linguagem especí-

1 alizada, a descrição gramatical caracteriza-se também por uma metalinguagem para tal feito. Termos como sujeito, objeto, sintagma, morfema  
2 etc. servem para nomear e sistematizar os fatos linguísticos investigados.  
3

4 Além disso, é possível observar que temos descrição gramatical  
5 da língua portuguesa que se distinguem: descrição tradicional, descrição  
6 estruturalista, descrição gerativista e assim por diante, cada uma utilizando  
7 nomenclaturas e interpretações distintas dos fatos da língua portuguesa.  
8

9 As pesquisas científicas constituem um componente cultural próprio  
10 de toda sociedade letrada e grafocêntrica, cujo objetivo é contribuir  
11 para o aprimoramento da sociedade, atendendo às reais necessidades da  
12 população integradas à possível transformação de determinadas estruturas.  
13

14 Um dos equívocos no ensino de língua e gramática se dá a partir  
15 do momento que se confunde objeto de investigação científica com objeto  
16 de ensino de língua.

17 A metalinguagem, linguagem especializada para descrever o funcionamento  
18 da própria linguagem, da língua e da gramática, tornou-se o  
19 próprio objeto de ensino na educação básica. Ensina-se toda uma nomenclatura  
20 e uma gama de conceitos provisórios como se fossem perpétuos,  
21 inquestionáveis e cristalizados.

22 A linguagem, como objeto de ensino, é ou deveria ser analisada  
23 em seu funcionamento nos textos, entendendo-os como uma das mais  
24 importantes práticas sociais, proporcionando ao aluno a observação e o  
25 emprego de certos recursos expressivos em contextos situacionais diversos  
26 vividos no cotidiano, seja através do texto oral, seja através do texto  
27 escrito, cujo objetivo é atingir uma interação mais significativa para os  
28 sujeitos envolvidos nesse processo.

29 Portanto, o trabalho de análise textual na escola consistiria numa  
30 constante testagem de hipóteses para a produção dos discursos para que  
31 se conseguisse os efeitos de sentido esperados pelo autor e, concomitantemente,  
32 entendendo que nem sempre os efeitos esperados ocorrem,  
33 mesmo quando se atinge um nível satisfatório de compreensão da relação  
34 sintático-semântica.

35 A gramática implícita ou internalizada, considerada como desvio  
36 do padrão ou deficiência linguística (SOARES, 1990), é outro fator que  
37 merece algumas considerações.

1 Entendendo a gramática como um conjunto de regras que o falan-  
2 te aprendeu desde os primeiros anos de vida para atender a necessidade  
3 de interação, é possível dizer que, na pior das hipóteses, que os desvios  
4 também constituem um conjunto de regras que chamamos de gramática.  
5 De posse de um conceito de gramática associado à variedade padrão da  
6 língua, é (seria) lícito dizer que os usuários que não fazem uso dessa va-  
7 riedade não sabem gramática, portanto não sabem falar e não sabem inte-  
8 ragir.

9 Entretanto, se levarmos em conta os princípios científicos, vere-  
10 mos que o objeto de pesquisa é considerado no seu todo, e neste caso, o  
11 todo é a língua que, por sua vez, constitui-se como um conjunto de varie-  
12 dades, cada qual com regras distintas, cujas bases permitem interações no  
13 contexto social mais amplo. As frases “os meninos estão aqui” e “os me-  
14 nino tá aqui” são elaboradas com regras gramaticais distintas sem prejuí-  
15 zo no processo interativo.

16 Enquanto a primeira utiliza a redundância nas concordâncias no-  
17 minal e verbal, a segunda utiliza a cumulação, ou seja, o morfema grama-  
18 tical – s - assume a função pluralizadora nas referidas concordâncias. Um  
19 ensino de gramática produtivo poderia levar em consideração a gramática  
20 implícita como ponto de partida, desde que os colegas professores come-  
21 cem a analisar as diferentes regras gramaticais empregadas – tão legíti-  
22 mas quanto as legitimadas – pelos alunos nos processos interativos.

## 23 24 **2. Desenvolvimento**

25 Para tratar a gramática numa perspectiva ideológica é preciso  
26 atentar para o discurso produzido sobre essa disciplina, identificando  
27 quem o produz para quem e para quê.

28 Maurizio Gnerre (1991) aponta que

29 A separação entre a variedade culta ou padrão das outras é tão profunda  
30 devido a vários motivos; a variedade culta é associada à escrita, é associada à  
31 tradição gramatical, é inventariada nos dicionários e é portadora legítima de  
32 uma tradição cultural e de uma identidade nacional.

33 Tomando emprestado este trecho, acredito que é possível formar a  
34 base do quadro a ser traçado.

35 A vinculação da gramática à escrita diz respeito a uma tradição  
36 que consiste no registro e sistematização de uma variedade eleita como  
37 padrão pela classe que detêm o poder, e cujo objetivo era (ou será ainda?)

1 a comunicação entre os membros dessa classe através de um código es-  
2 pecífico que exclui a classe estigmatizada de dominada.

3 O argumento utilizado para justificar a gramática era (e é) a legi-  
4 timidade dos valores de uma cultura que caracterizava (caracteriza) uma  
5 identidade nacional – ou seria parte de uma identidade nacional?

6 Os discursos com os quais nos deparamos nos diversos níveis de  
7 ensino não são diferentes dessa tradição. Falas como “os alunos não sa-  
8 bem português”, “a gramática normativa serve para não deixar as pessoas  
9 transformarem a língua numa barbárie”, “se continuar assim, o que será  
10 da nossa língua?” nada mais são do que uma reprodução (perpetuação)  
11 de um sistema de referência construído no decorrer da nossa história.

12 Entretanto, é de se admitir que os fatos não são tão simples. A  
13 gramática normativa, tradicionalmente entendida e enraizada na maioria  
14 das escolas brasileiras, assume o papel de manutenção de uma ideologia  
15 que se propõe a que os indivíduos não se reconheçam como cidadãos ca-  
16 pazes de assumirem a protagonização de seus papéis na construção de  
17 uma sociedade alternativa e, pior, não se reconheçam como sujeitos.

18 O aluno pertencente às classes menos favorecidas se depara, du-  
19 rante as primeiras séries, com um arsenal de conceitos, regras e nomes  
20 estranhos que precisam ser memorizados e reproduzidos nas avaliações,  
21 pois a nota comprovará se esse aluno está aprendendo ou não a língua  
22 portuguesa.

23 De fato, não é difícil verificar, já ao final do ensino fundamental,  
24 do ensino médio e até do superior, o aluno se vendo como um incapaz de  
25 aprender a língua e, embutido nesta constatação, a ideia de que ele, alu-  
26 no, ocupa uma posição social “inferior”.

27 Se, de fato, houvesse o objetivo de ensinar a gramática normativa,  
28 o procedimento ou metodologia seria outro: a criação de condições efeti-  
29 vas de acesso aos textos escritos na variedade padrão, atentando para as  
30 regras específicas dessa variedade, que dão forma aos conteúdos referên-  
31 cias.

32 O que verificamos, portanto, é um discurso de que é preciso ensi-  
33 nar a gramática normativa para que as pessoas falem, escrevam, leiam e  
34 ouçam melhor, o que de fato não ocorre. Pelo contrário, deparamo-nos  
35 com a sonogação dessa gramática, à qual chamamos de normativa, ao  
36 nosso povo. Os conteúdos aprendidos no processo de formação dos pro-  
37 fessores de língua portuguesa apresentam-se fragmentados e de difícil

1 acesso, uma vez que o normativo se confunde com o descritivo e, para  
2 enlouquecer os mais sensíveis, a aprendizagem não se desloca para os  
3 usos da linguagem.

4 O óbvio, tão próximo, parece inatingível: só aprendemos a apri-  
5 mornar a nossa capacidade de interagir através da leitura e a produção dos  
6 textos, pois foi assim que aprendemos desde crianças, ouvindo e falando.  
7 Ler e escrever, portanto, são apenas modalidades de interação numa soci-  
8 edade grafocêntrica como a nossa.

9 Semelhante à gramática normativa, o discurso da gramática des-  
10 critiva tradicional apresenta o resultado de uma pesquisa como algo defi-  
11 nitivo e, ainda, sem uma fundamentação teórica explícita. Atrelada aos  
12 princípios apontados por Maurizio Gnerre, a gramática tradicional e ou-  
13 tras que incorporaram algumas noções do estruturalismo e do gerativis-  
14 mo, vê a língua como estática e imutável, assim como sua descrição: in-  
15 questionável.

16 O texto é produzido de tal forma que as hipóteses, as teses e os  
17 argumentos inexistem, dessa forma não convidam o leitor a compartilhar  
18 opiniões e posicionamentos, caracterizando-se como um discurso único e  
19 irrefutável, discurso onde ficam escondidas as complexidades próprias do  
20 objeto de investigação científica. Ideologicamente, o discurso das referi-  
21 das gramáticas parece objetivar a perpetuação da ideia de que tudo está  
22 pronto e não é preciso pensar de forma alternativa.

23 Nas escolas, em sua maioria, ainda encontramos o compêndio  
24 gramatical como a melhor solução para se aprender língua. Compêndios  
25 esses que apenas apresentam alguns resultados de pesquisas, mas que  
26 dimensionam como inquestionáveis e hegemônicos.

27 Não é demais acrescentar que muitos professores de todos os ní-  
28 veis de ensino assumem o mesmo discurso e a mesma postura metodoló-  
29 gica, como se fossem donos de um saber irrefutável, as complexidades,  
30 que deveriam ser estudadas e que proporcionam o aprimoramento inte-  
31 lectual do indivíduo, são simplesmente deixadas de lado.

32 Os discursos sobre a gramática implícita também têm um cunho  
33 ideológico. Os alunos das classes menos favorecidas aprendem a varie-  
34 dade não padrão, conhecendo, portanto, uma gramática que não está de  
35 acordo com o padrão linguístico estabelecido. Dessa forma, os conceitos  
36 certo e errado passam a prevalecer no espaço escolar: quem não fala co-

1 mo o padrão estabelecido fala errado, ou seja, a grande maioria do nosso  
2 povo.

3

### 4 3. *Conclusão*

5 O discurso escolar, pautado na imutabilidade da língua, articula  
6 três pontos centrais da ideologia dominante:

7 1 - a gramática normativa é a língua portuguesa;

8 2 - quem não aprende a gramática normativa não aprende a língua  
9 portuguesa;

10 3 - o falar em desacordo com a gramática normativa (falar da maiori-  
11 ria do nosso povo) é estigmatizado como desvios.

12 Esta articulação cria uma situação artificial, na qual o aluno se vê  
13 em um espaço onde o seu código linguístico que o permite interagir em  
14 todas as situações, é desprezado. Desprezada a sua linguagem, despreza-  
15 do o seu ser sujeito.

16 Estas sucintas considerações possuem como objetivo chamar a  
17 atenção para a importância da gramática na formação de habilidades de  
18 leitura e escrita.

19 Entendendo a nossa disciplina – gramática – nas perspectivas aqui  
20 apresentadas, acredito que será significativo dar mais um passo adiante  
21 para formar leitores e produtores de textos de uma maneira mais adequa-  
22 da e coerente.

23 A tarefa não é fácil, pois será preciso ultrapassar os limites de um  
24 sistema de referência constituído no decurso histórico. Todavia, se foi a  
25 linguagem que o constituiu, é essa mesma linguagem que há de propor-  
26 cionar as condições alternativas, e necessárias, para a constituição de um  
27 outro sistema de referência.

28

### 29 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

30 GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo:  
31 Martins Fontes, 1991.

32 POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins  
33 Fontes, 1988.

- 1 SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista
- 2 Brasileira de Educação, n. 25, 5-17, jan./abr.2004. Disponível em:
- 3 <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>.